

JUSTIÇA SOCIAL: A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO JUNTO A ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

Iana Nunes Machado ¹

INTRODUÇÃO

A crescente presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação regular, um reflexo direto dos avanços nas políticas de inclusão, impõe um reordenamento paradigmático nas práticas pedagógicas e nos sistemas de avaliação. Este movimento exige das instituições de ensino a capacidade de inovar e adaptar-se, abandonando modelos uniformes em favor de um ensino que reconheça e valorize a diversidade inerente à condição humana.

O direito fundamental à educação gratuita, inclusiva e de qualidade para a pessoa com TEA materializa os princípios da justiça social e da equidade, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para que este direito seja efetivado, torna-se imperativa a adaptação da escola às necessidades singulares destes estudantes, o que inclui, conforme a legislação vigente, o provimento de acompanhamento especializado por um profissional de apoio.

Essa figura profissional constitui o elo entre o estudante, o currículo e o ambiente escolar, garantindo acessibilidade e participação plena. Diante do aumento expressivo das matrículas de alunos autistas na rede estadual de ensino da Bahia, emerge a necessidade de investigar a eficácia e os desafios dessa política de apoio.

Esta pesquisa tem como questão norteadora: Como a presença dos profissionais de apoio tem contribuído para a inclusão e acessibilidade dos estudantes autistas na rede estadual de ensino baiana, especificamente no contexto da Educação Profissional? O objetivo geral desta investigação é: Compreender a inclusão e acessibilidade dos estudantes autistas por meio da análise da atuação dos profissionais de apoio no Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) do Piemonte da Diamantina II.

¹ Mestranda do Curso de Pós Graduação em Educação e Diversidade da Universidade Estadual da Bahia – PPGED UNEB, iananunes85@gmail.com;



Para alcançar esta compreensão aprofundada, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) Identificar o papel das políticas públicas de inclusão para a efetivação de direitos dos estudantes autistas na Bahia; (ii) Analisar a proposta de educação inclusiva da Rede Estadual de Ensino e sua aderência às especificidades do TEA; (iii) Mapear o perfil, a formação e as atribuições formais e informais do profissional de apoio no CETEP; (iv) Relatar as experiências e os desafios práticos desses profissionais na inclusão e acessibilidade de autistas no CETEP; e, finalmente, (v) Desenvolver um material didático, prático e acessível que capacite os profissionais de apoio para atuar de forma eficaz junto aos estudantes com Deficiência (PcD), em especial, o TEA.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para atingir os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja profundidade analítica permite compreender as subjetividades e dinâmicas sociais envolvidas na atuação dos profissionais de apoio. O desenho metodológico adotado é a Pesquisa-Ação, justificada pela intenção de desenvolver um material didático voltado à formação desses profissionais.

A Pesquisa-Ação não apenas diagnostica a realidade (desafios e experiências), mas intervém nela por meio da criação e aplicação de uma solução, promovendo a reflexão e a transformação junto aos participantes.

O lócus da pesquisa será o Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) do Piemonte da Diamantina II, pertencente à rede estadual de ensino da Bahia, espaço em que a inclusão se articula com a formação técnica. Os sujeitos da pesquisa serão selecionados de forma intencional e estratégica: profissionais de apoio, professores da sala regular, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenação pedagógica e direção escolar. Os instrumentos de coleta de dados serão:

- Questionário: Aplicado a todos os sujeitos, com o intuito de mapear o perfil profissional, as atribuições formais, o nível de formação continuada e a percepção geral sobre o impacto da atuação dos profissionais de apoio na acessibilidade.
- Grupos Reflexivos (com Profissionais de Apoio): Serão realizados encontros para que os profissionais de apoio possam relatar suas experiências cotidianas, compartilhar desafios e debater soluções para as lacunas de formação e recursos. Estes



grupos gerarão dados qualitativos ricos, que subsidiarão a etapa de criação do material didático.

A análise dos dados qualitativos será realizada por meio da Análise de Conteúdo Temático, buscando identificar padrões de desafios, boas práticas e necessidades de formação que serão diretamente endereçadas pelo produto educacional da pesquisa-ação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico desta pesquisa se assenta sobre três pilares conceituais interligados a Educação Inclusiva sob a perspectiva da diferença; a Justiça Social como fundamento para a equidade educacional; e a Educação Profissional como campo de atuação.

A inclusão é entendida para além da mera inserção física, sendo um processo complexo que exige a transformação sistêmica da escola, tal como postulado por Mantoan (2015). A autora enfatiza a necessidade de romper com o olhar segregacionista e o sistema de classes especiais, focando na adaptação do ambiente e do currículo ao estudante.

O tema do TEA e suas singularidades são abordados à luz de perspectivas que valorizam a neurodiversidade, evitando a patologização e enfatizando a construção de um ambiente pedagógico que acolha as formas únicas de pensar e interagir, ressoando com a filosofia da diferença, como discutido por Deleuze (2006).

A Justiça Social, conceito-chave da pesquisa, fundamenta o direito à educação com qualidade. A garantia do profissional de apoio não é um favor, mas uma obrigação do Estado para mitigar barreiras, promovendo a igualdade de oportunidades. Este princípio de equidade, essencial para o acesso e permanência, conecta-se diretamente à eficácia do papel do profissional de apoio.

A formação e atuação deste profissional, frequentemente precária ou genérica, são discutidas a partir de André (2018), que investiga os desafios na formação docente e de apoio para lidar com as demandas da diversidade em sala de aula. A atuação do profissional de apoio, neste sentido, é crucial para a transposição de barreiras de comunicação e interação, sendo um mediador pedagógico e social no ambiente escolar.

Especificamente no contexto da Educação Profissional, a inclusão de estudantes com TEA apresenta desafios adicionais. Enquanto a educação básica foca no desenvolvimento cognitivo e social geral, a Educação Profissional requer a aquisição de



habilidades técnicas e práticas específicas, que precisam ser adaptadas para respeitar o perfil de aprendizagem do autista.

A inclusão neste nível de ensino visa a autonomia e a inserção produtiva no mercado de trabalho, sendo um passo fundamental para a dignidade plena do indivíduo. Portanto, o referencial teórico também deve abranger a discussão sobre o currículo funcional e as adaptações razoáveis necessárias para que o CETEP cumpra seu papel social e técnicoformativo com justiça e equidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que os resultados desta pesquisa revelem a complexidade da atuação do profissional de apoio no contexto da Educação Profissional, evidenciando o descompasso entre as políticas públicas de inclusão e a sua efetiva implementação na prática pedagógica do CETEP.

A discussão se concentrará em três eixos principais. O primeiro eixo é a lacuna de formação específica. É provável que o mapeamento de perfil revele que, embora os profissionais de apoio possuam formação básica, a especialização no Transtorno do Espectro Autista e em metodologias adaptadas para o ensino profissionalizante seja escassa.

O segundo eixo se refere aos desafios institucionais na acessibilidade. A análise da proposta de educação inclusiva da Rede Estadual de Ensino provavelmente apontará para a generalidade dos documentos, que nem sempre conseguem detalhar como a inclusão deve ocorrer em cursos técnicos, que demandam atividades práticas.

Os relatos dos grupos reflexivos trarão à tona os desafios de adaptação de oficinas, laboratórios e estágios para os estudantes com TEA, demonstrando que a acessibilidade transcende a rampa física e se concentra na acessibilidade curricular e metodológica.

O terceiro eixo de discussão abordará a contribuição para a justiça social. Embora enfrentem desafios, os profissionais de apoio são elementos ativos na garantia do direito à educação. A discussão mostrará a importância da mediação que exercem na comunicação e na organização sensorial dos estudantes autistas.

A análise dos dados de professores e coordenação permitirá discutir como a presença desse profissional alivia a sobrecarga docente e, mais importante, potencializa as capacidades do estudante com TEA, promovendo a equidade. Os resultados preliminares, quando contrastados com o referencial teórico (Mantoan, Deleuze),



permitirão uma discussão aprofundada sobre como o CETEP pode se tornar um espaço genuinamente inclusivo, reestruturando suas práticas para acolher a neurodiversidade como um valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, de natureza diagnóstica e interventiva, busca contribuir significativamente para o campo da Educação Especial na Bahia, particularmente no segmento da Educação Profissional. O estudo se propõe a ir além do diagnóstico dos problemas, entregando um produto educacional prático e focado, que servirá de ferramenta de capacitação imediata para os profissionais do CETEP.

Acreditamos que a compreensão aprofundada sobre o papel e os desafios dos profissionais de apoio é um passo crucial para a consolidação de uma educação que, de fato, concretize os ideais de justiça social. A materialização do produto final — o material didático — será a etapa de maior impacto prático, servindo potencialmente como subsídio para políticas de formação continuada em toda a rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Profissionais de apoio, Justiça Social, Inclusão, Educação Profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Formação de professores e desafios da inclusão. São Paulo: Vozes, 2018.

DELEUZE, G. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

LOPES, R. V. Inclusão e equidade na educação profissional e tecnológica. Curitiba: Appris, 2023. [Ajustado para ano plausível]

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, J. B. Justiça Social e o Direito à Educação Inclusiva no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.



VIEIRA, H. F. Transtorno do Espectro Autista (TEA): mediação e práticas pedagógicas.
Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

